

Avaliação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proadi): 2003/2007

RESUMO

Analisa os resultados do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proadi), no período 2003-2007. Inicialmente, resgata o papel do Estado na formulação das principais propostas de política e planejamento regional até 1980, para contrapor ao período posterior em que sua fragilidade deu origem às políticas localizadas de desenvolvimento como é o caso do Proadi. Em seguida, após breve apresentação da economia potiguar, faz a análise do programa, a partir das informações disponíveis, com o objetivo de verificar as principais atividades apoiadas, o impacto intra-estadual dos investimentos e os empregos gerados. Conclui que o Proadi pouco contribui para a diversificação industrial do estado, embora seja importante para a atração de investimentos.

PALAVRAS-CHAVE:

Avaliação de Programas. Desenvolvimento Regional. Política Regional. Planejamento Regional. Proadi.

Fernando César de Macedo

- Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-UNICAMP);
- Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do IE-UNICAMP;
- Pesquisador do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE).

Denílson da Silva Araújo

- Professor do Departamento do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN);
- Doutor em Desenvolvimento Econômico no IE-UNICAMP.

1 – INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar os resultados do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (Proadi) do governo do Estado do Rio Grande do Norte. Um alerta inicial faz-se necessário: em decorrência das dificuldades de obtenção dos dados, a análise centrou-se no período de 2003-2007, para o qual as informações estão mais organizadas. Apesar deste corte temporal restrito, dado que o programa foi instituído em 1985 e reformulado em 1997, quando passou a funcionar mais efetivamente, é possível para aqueles que se interessam pelo assunto recorrer ao trabalho de Duarte (2001) para o período anterior. As informações aqui trabalhadas foram levantadas junto à Coordenadoria de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Codit). O recorte regional são as microrregiões do IBGE com uma pequena adaptação. Agregaram-se as de Natal e Macaíba sob a denominação de Região Metropolitana de Natal (RMN), acrescentando a esta o município de Monte Alegre, que foi retirado da microrregião Agreste Potiguar. A incorporação recente deste município à RMN¹ explica esta opção.

A justificativa para o estudo em questão encontra-se na relevância do programa que, a despeito de lançar o estado na “guerra fiscal” – tema sempre controverso, em especial para a discussão regional –, tem-se constituído no principal fator de atração de novos investimentos produtivos no estado. Sem ele, muito provavelmente, os investimentos e os empregos criados no Rio Grande do Norte não se teriam cristalizado na mesma proporção verificada, uma vez que o poder de conceder subsídio e as vantagens comparativas de outros estados nordestinos são significativamente maiores.

O trabalho foi dividido em cinco partes, incluindo esta sumária apresentação e as conclusões. Na segunda, é resgatado, com brevidade, o histórico das políticas de desenvolvimento regional no país, com o simples intuito de contrapor a lógica prevaiente até 1980 com a que predominou em sequência e que culminou com o surgimento e/ou fortalecimento dos

programas subnacionais de atração de investimentos que acirrariam a “guerra fiscal”.

Na terceira, faz-se um rápido balanço da economia potiguar, em especial de sua indústria, principal foco do Proadi. Finalmente, na seção seguinte, apresentam-se os resultados do programa a partir dos dados que foram levantados juntos à Codit. Três preocupações perpassam a análise neste item: verificar as principais atividades apoiadas, analisar o impacto espacial dos investimentos a partir de sua localização e, por fim, verificar os empregos gerados, comparando-os com a evolução do emprego formal disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e do Emprego.

2 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E AÇÃO DOS GOVERNOS SUBNACIONAIS NO BRASIL: DAS POLÍTICAS *TOP-DOWN* ÀS POLÍTICAS *BOTTOM-UP*

Historicamente, foi a partir da ação do Estado nacional que a industrialização no Brasil avançou entre 1930 e 1980, integrando de forma mais diversificada a estrutura produtiva do país à economia internacional. Do ponto de vista regional, a presença do Estado possibilitou, principalmente a partir da década de 1960, a soldagem dos interesses territorialmente espalhados em torno da industrialização, seja pela criação de um aparato institucional que passaria a pensar e atuar sobre os problemas regionais específicos – caso, por exemplo, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), seja pela presença de investimentos estatais e da localização de empresas públicas nos diferentes estados da federação, o que possibilitou a constituição de um mercado interno articulado que unificou sob a mesma lógica de acumulação as diversas regiões brasileiras, muito embora os desequilíbrios e os problemas ligados à “questão regional” tenham persistido, agora em novos patamares e com outras especificidades.²

A partir de políticas que tinham comando no governo federal, fortemente centralizadas e impostas hierarquicamente de cima para baixo, reproduziu-

¹ Sobre a dinâmica recente da Região Metropolitana de Natal, ver o detalhado trabalho coordenado por Clementino (2006).

² Sobre os desequilíbrios regionais, ver Cano (2007, 2008).

se em toda a antiga periferia nacional, nas décadas de sessenta e setenta do século passado, uma burocracia voltada para o planejamento e para o desenvolvimento regional que procurava articular-se às macrodecisões federais. Neste processo, como lembra Oliveira (1998), cumpriram papel fundamental tanto os fundos públicos como os investimentos estatais, que desempenharam, ambos, a função de capital financeiro indispensável à constituição do capitalismo brasileiro e, *pari passu*, foi condição fundamental para “[...] romper a inércia da economia regional anteriormente regulada pela sua própria produção de excedentes.” (OLIVEIRA, 1998, p. 90).

Dois resultados inter-relacionados derivaram desse movimento. O primeiro foi a ampliação do espaço econômico para o investimento produtivo. A institucionalidade montada e fortemente dependente dos fundos públicos capturou todo o território nacional à lógica de acumulação capitalista, ampliando as possibilidades de localização dos investimentos fora de São Paulo, principal área industrial do país. O segundo refere-se ao processo de desconcentração econômica, especialmente da indústria, que derivaria do primeiro. As estatísticas, a partir da última década de setenta, indicam os efeitos desconcentradores proporcionados pela integração do mercado nacional, com aumento do investimento produtivo fora do Sudeste, o que resultou em maior participação das demais regiões no produto brasileiro. Essa desconcentração³ tem várias componentes, mas deve-se destacar o papel importante cumprido pelo setor público através de políticas que mantinham alguma preocupação regional, além da importância das grandes estatais na montagem das infraestruturas regionais e para o planejamento territorial brasileiro, como lembra Vainer (2007).

A crise fiscal a que foi submetido o Estado brasileiro na década de 1980 e o avanço do neoliberalismo na década seguinte retiraram da agenda federal as políticas setoriais, inclusive a regional, que foram interdidas por força do ajuste macroeconômico de curto prazo. Do ponto de vista regional, as transformações no cenário internacional e seus rebatimentos na

economia brasileira pós-1980 – aprofundamento da mundialização financeira, reestruturação produtiva, avanço do neoliberalismo e da ideologia do Estado mínimo, privatizações, abertura comercial acelerada e não-planejada, maior internacionalização da economia brasileira etc. – tornaram muito mais precária a capacidade do setor público de ordenar o território nacional, conforme destacou Macedo (2008). Contribuiu decisivamente para isso, a política econômica, que, submetida às pressões do capital financeiro internacional, direcionou-se cada vez mais à gestão do curto prazo, reduzindo o horizonte temporal de ação do Estado, dificultando, por consequência, a promoção de políticas de longo prazo de natureza estruturante, como são as políticas regionais e urbanas. Com o governo federal sem disponibilidade de recursos, que estavam comprometidos com a gestão macroeconômica, e preso à armadilha da liquidez da dívida pública, não foram surpresas o esvaziamento das políticas regionais e o esfacelamento da burocracia pública em geral e, em particular, a ligada ao desenvolvimento regional e urbano.

É evidente que o conjunto das transformações influenciou – e continua influenciando – a movimentação do capital no interior do país, exigindo adaptações dos lugares à nova lógica de acumulação da economia brasileira, muito mais internacionalizada. Na ausência de uma política nacional de desenvolvimento regional⁴ e dada a crescente dificuldade do Estado em ordenar o território, observa-se a adoção deliberada pelas unidades federadas de um sem-número de incentivos à instalação de capitais produtivos no interior de suas economias, o que, em certa medida, tem garantido o deslocamento de unidades produtivas em direção às regiões e aos estados menos industrializados, conforme destacou Araújo (2006), modificando o mapa da estrutura produtiva brasileira, em especial o da indústria.

Neste sentido, as instâncias subnacionais buscaram através de políticas próprias ocupar o espaço que anteriormente estava conferido às políticas regionais.

³Sobre o processo de desconcentração econômica no Brasil, ver recente trabalho de Cano (2008).

⁴É importante registrar que o governo federal lançou em 2005 a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, cujos resultados, dado seu curto tempo e as condições de execução, ainda não se evidenciaram.

Contribui para isso uma vasta literatura internacional⁵ que advoga as vantagens das políticas locais de desenvolvimento constituídas de baixo para cima como condição para integrar as economias locais à economia globalizada. No esforço para garantir a ligação local-global, observa-se uma verdadeira “guerra dos lugares” (SANTOS, 1999) em que uma região busca – vis-à-vis as demais – atrair para si investimentos através de incentivos de diversas ordens que oneram as contas públicas e diminuem os investimentos sociais, agravando, muitas vezes, as condições de vida naqueles territórios que são “adaptados” através do *marketing* urbano e regional⁶ para se tornarem mais atrativos ao capital, conforme descreveu Macedo (2008). O fato é que, das políticas *top-down* de desenvolvimento regional, o Brasil passou para políticas de desenvolvimento regional *bottom-up*, sem a mediação necessária em um país federativo, continental, com grandes disparidades regionais e pesada dívida social, que, justamente por apresentar todas essas especificidades, exige políticas coordenadas em múltiplas escalas, todas elas – do local ao nacional – fundamentais para sua organização espacial. Afinal, “[...] um problema pode se manifestar em uma escala, mas ter determinação em outra.” (BRANDÃO, 2007, p. 57).

Várias unidades federativas buscaram soluções isoladas para alavancar seus crescimentos. Ganham espaço as políticas estaduais de atração de investimentos, na maior parte das vezes pelo uso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), principal imposto de natureza estadual. Também os municípios passaram a adotar políticas agressivas, aumentando a “guerra dos lugares” (SANTOS, 1999), uma denominação geográfica para a “guerra fiscal” de natureza econômica. Do ponto de vista das políticas públicas, observa-se uma atuação dos estados e municípios muito mais atrelada à oferta – oferta das condições necessárias para se mostrarem atrativos ao capital – do que ao lado das demandas sociais. Incentivo financeiro, doação de terrenos, construção de infraestrutura,

montagem de distritos industriais, postergação de impostos etc. são práticas que se tornaram comuns numa disputa em que, de modo geral, a eficiência econômica se sobrepõe à equidade social. Não por acaso, os lugares que crescem acima da média nacional reproduzem os mesmos problemas urbanos verificados nas áreas mais antigas de ocupação econômica, indicando que maior crescimento não significa condição de vida melhor para a população dessa região. Ademais, conforme descreveu Araújo (2006), para o capital, a “guerra fiscal” dá-lhe maior margem de manobra nas negociações com os diferentes governos estaduais. Isto quer dizer que, se as políticas de incentivos levadas a cabo pelos estados não forem bem formuladas, elas podem funcionar como simples mecanismos de ampliação da reprodução privada sem resultar em nenhum ganho econômico-social para o estado concessor.

O Proadi é a versão potiguar neste contexto de saídas isoladas da “guerra fiscal”, mas não é único. Programas semelhantes são encontrados em outros estados do Nordeste e de outras regiões brasileiras, o que acaba por restringir o alcance dessas ações que teriam mais êxito se existisse, de fato, uma política nacional de desenvolvimento regional como a que vem defendendo a professora Tânia Barcelar em diversos trabalhos.⁷ Política esta indispensável para arbitrar interesses que, num país como o nosso, ainda são regionalmente muito distintos.

Antes de discutirmos o Proadi e seus resultados recentes, será feita na seção seguinte uma breve abordagem da indústria potiguar. Essa análise se justifica pelo fato de o Programa ser direcionado para esse segmento, tornando-se imperioso apresentar, minimamente, algumas de suas características no estado.

3 – A ECONOMIA POTIGUAR E SUA INDÚSTRIA NO CONTEXTO NACIONAL

A economia do Rio Grande do Norte é uma pequena fração da brasileira, representando 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) total do país em 2004 e 6,4% do nordestino. Sua estrutura produtiva, segundo dados

⁵Brandão (2008), especialmente no capítulo 1, sintetiza as principais correntes ligadas ao “localismo”, fazendo-lhes a crítica.

⁶Sobre o tema do empresariamento urbano, ver Compans (2005); Vainier (2001) e Harvey (2005).

⁷Ver Araújo (2000 e 2007).

das contas regionais, apresentava predomínio dos serviços com 50,1%, seguido pela indústria (inclusive construção e eletricidade, gás e água) com 44,2% e agropecuária com 5,6%. Em 1985, esses valores eram respectivamente 40,1%, 50,6% e 9,3%.

Em 2006, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a indústria potiguar apresentava participação menor: 0,5% do total da indústria brasileira e 4,8% do total da nordestina. A participação de sua indústria de transformação é ainda mais inexpressiva (0,2% do Brasil e 2,5% do Nordeste). No entanto, é na indústria extrativa que a economia potiguar ganha destaque regional – e mesmo nacional –, representando em 2006 28,3% do agregado do Nordeste e 3,0% do brasileiro, números bem menores do que os verificados em 1996 (48,3% e 6,0%), indicando que o expressivo crescimento da indústria extrativa brasileira dos últimos anos não foi acompanhado no mesmo ritmo pelo Nordeste, em geral, e pelo Rio Grande do Norte, em particular. Ainda assim, a participação da indústria extrativa aumentou na estrutura industrial potiguar, passando de 45,1% em 1996 para 52,6% em 2006, provavelmente, puxado pela elevação dos preços do petróleo, já que a produção física da extrativa nordestina ficou muito abaixo da nacional. Por consequência, a indústria de transformação potiguar, foco principal do Proadi, caiu no mesmo período de 54,9% para 47,4% do total da indústria estadual. Foi através de sua indústria extrativa que o Rio Grande do Norte se integrou mais fortemente à economia nacional, fornecendo-lhe produtos intensivos em recursos naturais, com particular destaque para a produção de sal, tungstênio, petróleo e gás natural, que já chegaram a representar mais de 95% da produção do setor, segundo Garcia (2001).

A indústria de transformação é normalmente o foco das políticas de atração de investimentos, dado seu caráter *foot-loose*, diferente da extrativa cuja localização depende das fontes de recursos naturais e para as quais os custos de transportes são mais relevantes. A reestruturação produtiva e o processo de desconcentração econômica que se verifica no Brasil nas últimas décadas reforçam o movimento de (re)localização de plantas industriais fora do Sudeste, especialmente São Paulo e Rio de

Janeiro, o que estimula as políticas subnacionais de atração de investimento, especialmente da indústria de transformação. Segundo Araújo (2006), programas dessa natureza são mais importantes para regiões como o Rio Grande do Norte, visto que a possibilidade de crescimento e diversificação industrial é muito mais difícil, seja em decorrência da debilidade intrínseca de sua indústria, seja porque outros estados brasileiros – inclusive estados próximos dentro da região Nordeste, como é o caso da Bahia, Ceará e Pernambuco – dispõem de melhores condições infraestruturais, de políticas de incentivos fiscais muito mais agressivas, de um parque industrial muito mais articulado para dentro e para fora de suas economias, além de seus governos gozarem de melhores condições políticas na atual conjuntura nacional, o que facilita, inclusive, o eventual apoio da União na execução de seus programas.⁸

De fato, uma análise da estrutura da indústria de transformação potiguar confirma a observação. Em 2006, apenas dois segmentos – Alimentos e bebidas e Têxtil – respondiam por 52,2% do Valor de Transformação Industrial (VTI),⁹ indicando uma baixa diversificação. O segundo, inclusive, vem perdendo participação, provavelmente pelos efeitos da concorrência externa, mesmo recebendo apoio do Proadi. Do ponto de vista da produtividade, considerando a relação Valor de Transformação Industrial/Pessoal Ocupado (VTI/PO),¹⁰ a indústria de transformação potiguar encontra-se abaixo da média nordestina. A predominância em segmentos tradicionais impõe-lhe uma dupla dificuldade: por um lado, fica sujeita a maior concorrência e, por outro, ligado a essa, a menor produtividade desses segmentos coloca limites para uma diversificação a partir da formação interna de excedentes passíveis de reinversão.

A Tabela 1 apresenta a distribuição do emprego formal da indústria de transformação do Rio Grande do Norte e das macrorregiões brasileiras por intensidade de tecnologia. Mesmo reconhecendo os limites das

⁸ Britto e Cassiolatto (2000) oferecem uma breve análise de algumas políticas de incentivos à desconcentração e industrialização praticadas por vários estados brasileiros nas duas últimas décadas do século XX. Sobre o tema ver também Prado (1999) e Varsano (1997).

⁹ Valor de Transformação Industrial.

¹⁰ Pessoal Ocupado.

estatísticas de emprego formal no país, chama a atenção o fato de que a indústria de transformação do Rio Grande do Norte apresentava em 2005 uma altíssima concentração dos empregos formais (95,3%) em atividades de baixa e média-baixa tecnologia, número superior à média nordestina (91,0%) e muito maior do que a média nacional (78,3%). Este quadro indica mais uma dificuldade da base produtiva potiguar: internalizar atividades dinâmicas, intensivas em tecnologia e com maior capacidade de transbordamento para a economia estadual. Registra-se que a maior parte das políticas estaduais de incentivo ao crescimento industrial – e o Proadi não foge à regra, como discutiremos adiante – tem uma preocupação muito maior com a simples atração de capital fixo sem a preocupação de criar um ambiente propício para fomentar o processo de inovação, condição fundamental para garantir a competitividade da base produtiva em condições mais dinâmicas.

Tabela 1 – Brasil, Regiões e RN: Distribuição dos Empregos Formais na Indústria de Transformação, por Intensidade de Tecnologia* – 2005

Região	Alta	Média-alta	Média-baixa	Baixa
Norte	15,9	13,2	20,5	50,4
Nordeste	1,6	7,5	19,5	71,5
RN	1,4	3,3	23,0	72,3
Sudeste	5,1	23,1	29,7	42,1
Sul	1,8	14,3	22,1	61,8
Centro-Oeste	3,1	5	19,6	72,2
Brasil	4,1	17,6	25,6	52,7

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada na Relação

Annual de Informações Sociais (RAIS) Publicada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

*Segundo classificação adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na próxima seção, são apresentados os fundamentos do Proadi, seguidos de uma análise de sua execução com base nos dados que foram possíveis de levantar para o período de 2003-2007.

4 – O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO RIO GRANDE DO NORTE (PROADI)

4.1 – Arcabouço Institucional do Proadi

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (Proadi) foi criado pela Lei nº 5.397, de 11 de outubro de 1985. Em 1997, foi reformulado, passando a ser regido pela Lei nº. 7.075. O objetivo do Programa é apoiar e incrementar o desenvolvimento industrial do estado, assegurando a concessão de financiamento a empresas industriais através de instituição financeira oficial credenciada pelo governo do estado. Conforme consta na legislação, o prazo de financiamento é de até dez anos, dos quais até três de carência, e a sua fixação, em cada caso, depende das características e de sua importância para a economia potiguar, de acordo com critérios definidos em regulamento, com a contagem do prazo do benefício iniciando-se até 24 meses após a formalização do pedido.

O montante do financiamento à conta dos recursos do Proadi não pode exceder a 10% (dez por cento) do faturamento da empresa beneficiária. Do ponto de vista espacial, conforme rege o artigo 9º da legislação, há uma clara priorização para localização de investimentos no interior do estado que, no ano de criação do programa, respondia por apenas 37,5% do emprego formal da indústria potiguar, sendo esta participação na indústria de transformação ainda menor (31,6%). O programa concede incentivos equivalentes a até 75% do valor de ICMS mensal para empresas instaladas em Distritos Industriais ou no interior do Estado; mas, para aquelas indústrias da capital ou de sua região metropolitana, o incentivo está limitado em até 60%, exceto para investimentos superiores a R\$ 20 milhões.

Do ponto de vista setorial, não podem receber financiamentos: I – empresa de construção civil e atividades correlatas, exceto as cerâmicas; II – a empresa industrial que tenha por objeto: a) preparação industrial de fumo; b) extração e beneficiamento do sal marinho; c) execução de serviços gráficos diversos; d) fabricação de esquadrias de madeira ou metal; e) extração de substância mineral, sem beneficiamento; III – a empresa que tenha por objeto:

a) conserto, restauração ou recondicionamento de veículos, máquinas, aparelhos e objetos usados, ou reparo de partes ou peças empregadas exclusiva e especificamente nessas operações; b) preparo de alimentos em restaurantes, bares, sorveterias, padarias e similares. Podem ser beneficiárias, respeitadas as restrições legais, empresas novas, empresas localizadas no estado e empresas localizadas em outras unidades federativas. Para fins do Programa, as cooperativas são equiparadas às empresas industriais, podendo, portanto, beneficiar-se dos recursos, o que amplia a possibilidade de apoio a empreendimentos não-industriais.

O montante de recursos disponível para o Programa é definido pelo Conselho de Desenvolvimento do Estado (CDE), e sua origem é o tesouro estadual, limitado ao máximo de 10% (dez por cento) da receita tributária líquida. Observa-se pela Tabela 2 que, no período em questão, o teto nunca foi atingido. Em valores correntes, a média realizada pelo Proadi foi equivalente a 6,5% da receita corrente líquida.

Tabela 2 – Participação do Proadi na Receita Tributária Líquida – 2000-2007

ANO	(A) Receita Tributária Líquida (em R\$ milhões)	(B) PROADI Realizado (em R\$ milhões)	B/A (%)
2000	626,3	40,9	6,5
2001	717,8	52,2	7,3
2002	844,0	64,3	7,6
2003	1.054,4	75,7	7,2
2004	1.211,9	81,4	6,7
2005	1.443,9	89,5	6,2
2006	1.729,4	98,5	5,7
2007	1.816,3	110,0	6,1

Fonte: Secretaria de Estado da Tributação (SET); Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAF); Secretaria do Estado de Planejamento e Finanças (Seplan); Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S.A (AGN) e Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico/Codit.

Para os anos de 2000-2005, o montante total de recursos realizado pelo Proadi equivaleu à média de 0,5% do PIB estadual. Na Tabela 3, encontra-se uma comparação dos recursos desse programa com algumas fontes de financiamento federal no Rio Grande do Norte. Observa-se que, ainda que equivalha a uma pequena parcela do PIB estadual, o Proadi mobilizou um montante de recursos para investimentos, entre 2002 e 2006, superior ao aplicado no estado pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) e pelo Banco do Nordeste (BNB). Apenas a partir de 2004, os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)¹¹ superam os do Proadi. No entanto, se pegarmos uma série histórica entre 1997, ano em que o Proadi foi reformulado até 2006, último para o qual organizamos as informações do FNE, os recursos do primeiro equivaleram a cerca de 90,0% do segundo. Isso significa também uma renúncia fiscal forte, visto que o FNE representa aporte líquido de recursos federais sem contrapartida, ao passo que o Proadi tem como consequência uma queda na receita disponível do estado para investimentos em outras áreas.

Tabela 3 – Recursos do FNE Pronaf, BNB e Proadi no Rio Grande do Norte (Em Milhões de R\$) – 2002-2005

Ano	FNE*	Pronaf	BNB**	Proadi
2002	5,4	10,1	17,4	64,3
2003	22,6	20,6	13,0	75,7
2004	218,5	32,7	80,9	81,4
2005	108,0	79,4	8,4	89,5
2006	152,0	121,2	28,2	98,5
Total	506,5	263,9	147,9	409,4

*Exclusive o Pronaf.

**Exclusive FNE e Pronaf.

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada em: Para o Proadi, Tabela 2. Para o FNE, Pronaf e BNB e ETENE (2008).

¹¹ Para uma análise dos Fundos Constitucionais de Financiamento, ver Macedo e Matos (2008).

Esses dados indicam que os recursos mobilizados pelo Programa têm relevância para a dinâmica da economia potiguar, especialmente se considerarmos seu peso na receita tributária líquida. Especificamente para a indústria, o Proadi ganha importância pelo fato de que apenas uma parcela pequena do FNE aplicada no estado – cerca de 22,0% – foi destinada às atividades industriais ou agroindustriais, concentrando-se principalmente em comércio e serviços, considerando-se o período 2001-2006, a valores correntes. Nesse sentido, conforme veremos no item seguinte, o Programa constitui uma importante fonte de financiamento do capital privado regional e extrarregional, pois, além de empresas locais e nordestinas, as de outras regiões receberam financiamento para instalarem-se no Rio Grande do Norte.

4.2 – Análise dos Resultados do Proadi

Entre 2003 e 2007, o Proadi apoiou 108 projetos de 98 empresas, sendo 2/3 para novas unidades e/ou ampliação. (Gráfico 1). O investimento total das empresas beneficiadas pelo Programa foi igual a R\$ 625,4 milhões, segundo dados da Codit, movimentando incentivos financeiros com base no ICMS no valor de R\$ 458,1 milhões.

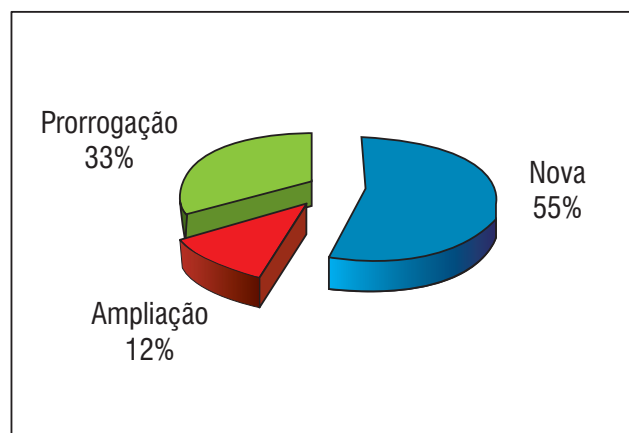


Gráfico 1 – Distribuição dos Projetos Apoiados pelo Proadi por Modalidade de Uso 2003-2007

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

Do ponto de vista setorial, observa-se que o Programa apoiou um maior número de projetos em

atividades que já eram as mais importantes dentro da indústria de transformação do estado, indicando que ele, embora tenha importância na atração de investimentos, teve pequeno impacto no processo de diversificação da estrutura produtiva potiguar, cuja indústria de transformação, em 2006, concentrava 73,1% do seu VTI e 76,7% do pessoal total ocupado em apenas quatro atividades: Alimentos e bebidas, Têxtil, Confecções e Minerais não-metálicos. Em 1997, ano de reformulação do Proadi, esse grupo respondia por 74,0% do VTI e 76,6% do total de pessoal ocupado na indústria de transformação,¹² dados que reforçam a afirmação de Duarte (2001), para quem o Proadi

[...] é, de certa forma, conservador, posto que concentra o capital e não engendra um processo de diversificação das atividades produtivas [...] [embora] mostre-se dinâmico na medida em que viabiliza a manutenção da reprodução do capital no espaço. (DUARTE, 2001, p. 100).

É importante registrar que, apesar de aprovarem um número de projetos (54 ou 50,1% do total) relativamente bem menor do que sua participação setorial, as quatro atividades responderam por 76,6% do total investido. Portanto, apresentaram uma participação relativa no total dos investimentos aprovados pelo Proadi acima do seu peso na indústria de transformação potiguar. Da mesma forma, a relação investimento/nº de projetos indica que o investimento médio das indústrias dos ramos Têxtil, de Confecções e Minerais não-metálicos foi, respectivamente, 2,8, 2,4 e 2,0 vezes maior que o investimento médio do conjunto de projetos apoiados pelo Programa, situando-se abaixo apenas do de fabricação de coque, refino de petróleo e elaboração de combustíveis, que ficou 3,3 acima da média estadual, mas que se refere a um único empreendimento de uma usina de álcool no município de Baía Formosa, região produtora de cana-de-açúcar. Portanto, observa-se, também, uma concentração por porte de empresas nessas três atividades, ao contrário do que se verifica com produtos alimentícios e bebidas, cujos investimentos médios ficaram 30% abaixo da média estadual.

¹² Dados fornecidos pela Pesquisa Industrial Anual publicada pelo IBGE.

Tabela 4 – Distribuição dos Projetos Aprovados pelo Proadi (Novas Empresas, Ampliação e Postergação), segundo Grupos de Atividades CNAE 1.0 – 2003-2007

Grupo de Atividades	Nº de projetos	Investimento (em R\$ milhão)	Nº de projetos (em %)	Investimento (em %)
Agropecuária	1	3,0	0,9	0,4
Extração de minerais não-metálicos	10	10,0	9,3	1,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	29	131,9	26,9	19,5
Fabricação de produtos têxteis	10	175,0	9,3	25,9
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	10	149,0	9,3	22,1
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	3	3,9	2,8	0,6
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	1	20,5	0,9	3,0
Fabricação de produtos químicos	14	19,6	13,0	2,9
Fabricação de artigos de borracha e plástico	16	85,4	14,8	12,6
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	5	62,5	4,6	9,3
Fabricação de produtos de metal – exceto máquinas e equip.	3	9,5	2,8	1,4
Fabricação de móveis e indústrias diversas	6	5,1	5,6	0,8
Total	108	675,4	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

Um movimento recente, contudo, pode ter influência futura sobre a composição da estrutura da indústria de transformação potiguar. Considerando-se exclusivamente a instalação de novas unidades no período em questão¹³ (Tabela 5), observa-se que, entre as entrantes, há uma queda acentuada na participação das empresas dos ramos Têxtil e de Confecções, que responderam por apenas por 3,1% dos novos investimentos, embora Alimentos e Bebidas e, principalmente, Minerais não-metálicos tenham apresentado expressiva participação nos novos investimentos, respondendo por 23,8% e 23,0%, respectivamente, do total.

Destacam-se dentre as novas empresas,

a participação das 11 do setor plástico, que responderam por 29,0% dos investimentos totais, e a usina de álcool, localizada em Baía Formosa conforme mencionamos anteriormente, que respondeu por 8,3% dos investimentos. A indústria química, apesar de sua baixa participação nos investimentos totais (3,5%), mantém a tendência de apresentar projetos para um número relativamente grande de empresas. Foi graças aos investimentos nesse segmento que houve algum apoio a atividades de maior intensidade tecnológica, visto que os segmentos da Química estão classificados pela OCDE entre os de alta e média-alta tecnologia. Observa-se, pela Tabela 6, que a distribuição dos investimentos na indústria de transformação, segundo essa classificação, concentrara-se quase totalmente entre segmentos de baixa e média-baixa tecnologia que responderam por 96,4% e 96,2% dos investimentos totais apoiados pelo Programa e pelos empregos criados, respectivamente.

¹³ Esse procedimento faz-se necessário porque, dada a escassez de informações disponibilizadas, os autores acreditam que há uma sobreposição de informações do investimento e do emprego nos dados fornecidos sobre ampliação e postergação. Em futuros trabalhos, os autores pretendem esclarecer essas dúvidas.

Tabela 5 – Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados pelo Proadi, segundo Grupos de Atividades CNAE 1.0 – 2003-2007

Grupo de atividades	Nº de projetos	Investimento (em R\$ milhão)	Nº de projetos (em %)	Investimento (em %)
Extração de minerais não-metálicos	7	7,5	11,9	3,0
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	15	58,8	25,4	23,8
Fabricação de produtos têxteis	1	1,4	1,7	0,6
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	5	6,2	8,5	2,5
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	1	2,8	1,7	1,1
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	1	20,5	1,7	8,3
Fabricação de produtos químicos	8	8,6	13,6	3,5
Fabricação de artigos de borracha e plástico	11	71,8	18,6	29,0
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	3	56,8	5,1	23,0
Fabricação de produtos de metal – exceto máquinas e equips.	3	9,5	5,1	3,8
Fabricação de móveis e indústrias diversas	4	3,3	6,8	1,3
Total	59	247,2	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

Tabela 6 – Distribuição dos Projetos Aprovados para Novas Empresas pelo Proadi, segundo Intensidade de Tecnologia na Indústria de Transformação – 2003-2007

Intensidade de Tecnologia	Investimento (em %)	Emprego (em %)
Alta e Média-alta	3,6	3,8
Baixa e Média-baixa	96,4	96,2
Total	100,0	100,0

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

A não-predominância de atividades de ponta indica que o estado não apresenta fatores sistêmicos que lhe permitam atrair investimento com maior conteúdo tecnológico. Ademais, apesar da existência do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e

Tecnológico (Fundet),¹⁴ é inexistente a articulação entre o ele e o Proadi na perspectiva de criar e manter uma efetiva política industrial para o estado. O fato é que programas deste tipo atendem a um duplo interesse: do ponto de vista do governo estadual, garante visibilidade pela atração de novas empresas, ainda que falte uma política industrial para o estado, indicando que o único resultado esperado é o aumento do capital fixo instalado; do ponto de vista da empresas beneficiadas, o mecanismo funciona como financiamento a baixíssimo custo do capital de giro. Portanto, não se pode esperar que neste contexto surjam práticas inovadoras e/ou investimentos em atividades mais dinâmicas que encontram em outros

¹⁴ Segundo a legislação que o regula, o Fundet tem por finalidade apoiar o financiamento de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento que sejam considerados pelo Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia de relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico, dentro das seguintes finalidades específicas: I – custear pesquisas, estudos e projetos destinados ao desenvolvimento de programas, governamentais ou não, de interesse científico e tecnológico; II – dotar os órgãos do Estado que exercem trabalho na área de ciência e tecnologia, de infraestrutura compatível com as suas funções; III – financiar projetos em nível estadual, voltados para a solução das carências populacionais com o uso de novas tecnologias. Na prática, este fundo pouco funciona.

espaços condições sistêmicas mais favoráveis para sua reprodução.

A concentração dos investimentos manifesta-se também do ponto de vista espacial. Tomando por base a totalidade dos projetos apoiados (novas empresas, ampliação e postergação), o predomínio da Região Metropolitana de Natal, área mais industrializada do estado e mais adensada populacionalmente, é visível. No período considerado, ela recebeu 63,0% dos projetos apoiados e 75,2% do total de investimentos. Para Mossoró, segunda região mais populosa, estes números foram respectivamente de 13,0% e 15,0%. Essas duas microrregiões receberam, portanto, 90,2% dos investimentos apoiados, participação muito maior do que a que possuem no PIB estadual, que era de 69,1% em 2005; no total do emprego formal da indústria potiguar, 73,0% em 2006; e da população total do estado, 51,8% no ano de 2005.

Tabela 7 – Distribuição dos Projetos Aprovados pelo Proadi (Novas Empresas, Ampliação e Postergação), por Microrregião – 2003-2007

Microrregião	Nº de projetos	Investimento (em R\$ milhão)
RM de Natal	68	507,8
Mossoró	14	101,2
Chapada do Apodi	2	1,7
Vale do Açu	2	3,8
Pau dos Ferros	2	1,4
Seridó Ocidental	1	4
Seridó Oriental	9	7,7
Baixa Verde	2	1,6
Borborema Potiguar	2	2,4
Agreste Potiguar	3	18,1
Litoral Nordeste	1	3
Litoral Sul	2	22,7
Total	108	675,4

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

Tabela 8 – Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados pelo Proadi, por icrorregião – 2003-2007

Microrregião	Nº de projetos	Investimento (R\$ milhão)
RM de Natal	37	132,8
Mossoró	6	60,0
Chapada do Apodi	2	1,7
Vale do Açu	2	3,8
Pau dos Ferros	1	0,3
Seridó Ocidental	1	4,0
Seridó Oriental	5	4,7
Borborema Potiguar	1	1,3
Agreste Potiguar	3	18,1
Litoral Sul	1	20,5
Total	59	247,2

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

A Tabela 8 apresenta exclusivamente a distribuição dos projetos e financiamentos de novas empresas. Embora a participação das duas microrregiões seja menor do que a verificada na tabela anterior, observa-se que a recepção de 78,0% dos novos investimentos por parte delas aponta para a manutenção da concentração espacial da indústria potiguar num movimento diferente do que se observa do ponto de vista setorial, que analisamos anteriormente. Ou seja, ainda que os novos investimentos que representam atração de novas empresas acenem para uma possibilidade de desconcentração setorial com maior diversificação, esta ocorrerá na área mais adensada economicamente, indicando que o Programa, na condição de principal política norte-rio-grandense de desenvolvimento regional, não se tem mostrado adequado para desconcentrar intraestadualmente a riqueza, conforme já alertara Duarte (2001). Ademais, nenhuma microrregião, à exceção da Metropolitana de Natal e a de Mossoró, recebeu investimentos em mais de dois ramos de atividades, conforme se observa na Tabela 9.

Tabela 9 – Distribuição dos Projetos de Novas Empresas Aprovados (Em R\$ Milhão) pelo Proadi, segundo Grupo de Atividades CNAE 1.0 por Microrregião – 2003-2007

Microrregião	Microrregião										
	RM de Natal	Mossoró	Chapada do Apodi	Vale do Açu	Pau dos Ferros	Seridó Ocidental	Seridó Oriental	Borborema Potiguar	Agreste Potiguar	Litoral Sul	Total
Extração de minerais não-metálicos	2,6	1,3	1,2	-	-	-	2,4	-	-	-	7,5
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	33,0	2,2	-	3,4	0,3	4,0	-	-	15,9	-	58,8
Fabricação de produtos têxteis	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,4
Confeção de artigos do vestuário e acessórios	4,0	-	-	-	-	-	-	-	2,2	-	6,2
Fabricação de produtos químicos	7,6	0,5	0,5	-	-	-	-	-	-	-	8,6
Fabricação de artigos de borracha e plástico	69,1	-	-	0,4	-	-	2,3	-	-	-	71,8
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	2,3	53,2	-	-	-	-	-	1,3	-	-	56,8
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e equips.	9,5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9,5
Fabricação de móveis e indústrias diversas	3,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,3
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	2,8	-	-	-	-	-	-	-	-	2,8
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,5	20,5
Total	132,8	60,0	1,7	3,8	0,3	4,0	4,7	1,3	18,1	20,5	247,2

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

Cabe registrar que oito microrregiões do estado – Angicos, Baixa Verde, Litoral Nordeste, Macau, Médio-Oeste, Serra de Santana, Serra de São Miguel e Umarizal – não receberam no quinquênio analisado projeto algum de implantação de nova empresa. Esse conjunto de microrregiões corresponde a 10,1% do PIB estadual no ano de 2005, 15,5% da população total no mesmo período, 8,8% do emprego formal total em 2006, além de apresentar um PIB *per capita* equivalente a cerca de 61,0% do agregado das outras dez microrregiões no ano de 2005. Esses dados indicam que essas microrregiões deveriam ser alvo prioritário das políticas de desenvolvimento estadual.

Os 59 projetos novos apoiados geraram, segundo informações da Codit, 5.583 empregos. Informações dessa natureza são normalmente controversas, não raro de difícil verificação. No período 2003-2007 o estoque de empregos formais na indústria de transformação

potiguar cresceu em 18,3 mil novos postos de trabalho.¹⁵ Considerando que empresas usuárias do Proadi devam manter necessariamente relações formais de trabalho – o que não necessariamente se confirma na realidade, mas a suposição parece válida¹⁶ –, a geração de emprego dos novos investimentos equivaleria a aproximadamente 31,0% da variação do aumento do estoque da indústria de transformação no período. Dado que, em anos recentes, a economia brasileira tem crescido a taxas mais elevadas – o que aumenta as contratações – e dada a maior fiscalização que tem resultado em aumento das formalizações, o montante de empregos gerados pelo Proadi pode ser considerado

15 Segundo dados da RAIS/Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do MTE. Disponíveis em: <<http://www.mte.gov.br>>.

16 Os autores em contato com os técnicos da Codit foram informados de que a mesma realiza diretamente nas empresas apoiadas o levantamento das informações sobre os novos empregos.

Tabela 10 – Distribuição dos Gerados pelos Projetos Apoiados pelo Proadi, segundo Grupo de Atividades CNAE 1.0 por Microrregião – 2003-2007

Microrregião	Microrregião										
	RM de Natal	Mossoró	Chapada do Apodi	Vale do Açu	Pau dos Ferros	Seridó Ocidental	Seridó Oriental	Borborema Potiguar	Agreste Potiguar	Litoral Sul	Total
Extração de minerais não-metálicos	107	52	80	-	-	-	107	-	-	-	346
Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	1.165	48	-	120	83	13	-	-	54	-	1.483
Fabricação de produtos têxteis	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	270	-	-	-	-	-	-	-	292	-	562
Fabricação de produtos químicos	114	76	7	-	-	-	-	-	-	-	197
Fabricação de artigos de borracha e plástico	613	175	-	41	-	-	64	-	-	-	718
Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	89	-	-	-	-	-	-	12	-	-	276
Fabricação de produtos de metal - exceto máquinas e eqüips.	410	-	-	-	-	-	-	-	-	-	410
Fabricação de móveis e indústrias diversas	180	-	-	-	-	-	-	-	-	-	180
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	-	100	-	-	-	-	-	-	-	-	100
Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de comb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.288	1.288
Total	2.971	451	87	161	83	13	171	12	346	1.288	5.583

Fonte: Elaboração Própria dos Autores Baseada nos Dados de Codit.

muito relevante. No entanto, conclusões mais precisas exigiriam um esforço de pesquisa que, por ora, foge ao escopo deste trabalho.

Setorialmente, a maior contribuição se deu no ramo Alimentação e Bebidas que respondeu por 26,3% dos novos empregos, segundo a Codit, seguido pela Indústria de plástico (12,9%) e por Confecções (10,1%). O custo médio unitário do emprego gerado foi de R\$ 44,3 mil, mas variou de forma bastante diferente por ramo de atividade, refletindo o porte de cada empreendimento e as características setoriais. Minerais não-metálicos apresentou a maior relação investimento/emprego gerado – R\$ 205,8 mil, 4,6 vezes acima da média estadual. A menor relação ficou com Confecções, com R\$ 11,0 mil de investimento para cada emprego gerado.

Especialmente, a Região Metropolitana de Natal e a Litoral Sul, com 53,2% e 23,1% do total, respectivamente, foram as que mais receberam novos empregos. Um único empreendimento, a citada usina de álcool, explica o bom desempenho da segunda microrregião. Mossoró, 8,1%, completa a lista das maiores beneficiárias. Juntas, as três totalizaram quase 85,0% dos novos postos de trabalho, indicando mais uma vez forte concentração espacial.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma análise mais aprofundada dos resultados do Proadi exigiria uma pesquisa de maior vulto e o acesso a informações que não foram possíveis por ora levantar. No entanto, algumas conclusões são possíveis. A primeira é a questão recorrentemente

mencionada ao longo do texto, e já discutida por outros autores, sobre o caráter concentrador do Proadi, tanto setorial quanto espacialmente. Isso indica que o setor público estadual não se contrapõe às forças do mercado que direcionam seus investimentos prioritariamente para áreas mais adensadas econômica e populacionalmente, onde a infraestrutura urbana é mais diversificada e que, portanto, não deveria ser, em princípio, o alvo prioritário da política de desenvolvimento local. Ainda que a legislação do Proadi favoreça os investimentos realizados no interior, a postura do governo estadual é de priorizar a atração de investimento *per se*, não se contrapondo à lógica concentradora do mercado, o que leva ao aumento das disparidades intraestaduais.

A ausência de uma política industrial que construa uma base sistêmica de competitividade é um indicativo adicional de que o Programa funciona muito mais como mecanismo de financiamento do capital de giro das empresas locais e extrarregionais do que como instrumento indutor da transformação estrutural da economia potiguar. Ao financiar os setores mais tradicionais, o Programa favorece a interesses dos capitais locais que atuam predominantemente nesses segmentos, ofertando financiamento em condições bastante favoráveis, ajudando a superar os limites impostos pela capacidade interna de acumulação. No entanto, e concomitantemente, cria-se estímulo para a atração do capital de fora, que passa a concorrer com os capitais locais na disputa pelo mercado de consumo em expansão. Cabe destacar que o programa atraiu tanto empresas da própria região Nordeste, como as oriundas do Ceará e da Bahia, quanto de estados de outras regiões, como as de São Paulo e de Santa Catarina, indicando uma capilaridade por todo o espaço econômico nacional.

Não se pode negar a importância do Proadi na atração dos investimentos indicados e na geração de emprego dela decorrente, embora um estudo detalhado do seu efeito sobre as contas públicas ainda esteja por ser feito.

ABSTRACT

It analyses the results of the Program for Industrial Development support in Rio Grande do Norte (Proadi)

in the period 2003-2007. It was initially done a soon rescue of the State's role in the formulation of proposals for major regional policy and planning by 1980 to counter the period later in that its weakness has led to policies of localized development such as the Proadi. Then, made a brief presentation of the potiguar economy, made up analysis of the Program, based on the available information, with the objective of verifying the main supported activities, the impact intra-state investment and the jobs generated. It is concluded that Proadi contributes little to industrial diversification of the state, however it is important to attract investments.

KEY WORDS:

Regional Development. Regional Policy. Proadi.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, D. S. Estado, espaço e acumulação tardia do capital industrial no Rio Grande do Norte: o efeito do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (PROADI) no processo de industrialização e criação de empregos (1985-00). In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 4., 2006, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu, 2006. 18 p. Sessão Ordinária.

ARAÚJO, T. B. Brasil: desafios de uma política nacional de desenvolvimento regional contemporânea. In: DINIZ, C. C. (Org.). **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**. Brasília, DF: Editora da UNB, 2007.

_____. Ensaio sobre o desenvolvimento regional brasileiro: heranças e urgências. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRANDÃO, C. A. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária**. Campinas: Alínea, 2007. p. 39-61.

_____. **Território e desenvolvimento**. Campinas:

Editora da Unicamp, 2008. 238 p.

BRITO, J.; CASSIOLATTO, J. E. Mais além da guerra fiscal: políticas industriais descentralizadas no caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2000, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza, 2000. 1 CD-ROM.

CANO, W. **Desconcentração produtiva regional do Brasil – 1970-2005**. São Paulo: Editora da Unesp, 2008.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1970**. São Paulo: Editora da Unesp, 2007.

CLEMENTINO, M. L. (Coord.). **Análise da estruturação intra-metropolitana de Natal**: projeto de pesquisa observatório das metrópoles: território, coesão social e governança democrática. Natal: UFRN, 2006. 232 p.

COMPANS, R. **Empreendedorismo urbano**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

DUARTE, F. W. **A dinâmica da transformação do Rio Grande do Norte nos anos 90**: o PROADI como indutor do processo de desenvolvimento industrial do estado. 2001. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2001.

ETENE. **Informações do Governo Federal para o Estado do Rio Grande do Norte**. Disponível em: <http://www.bancodonordeste.com.br/content/aplicacao/ETENE/Etene/docs/rn_inf_gov.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2008.

GARCIA, O. L. **A evolução da economia do Rio Grande do Norte – 1970-1999**. Natal: UFRN, 2001. 91 p.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

MACEDO, F. C. de; MATOS, E. N., O papel dos fundos constitucionais de financiamento no desenvolvimento regional brasileiro. **Ensaio FEE**, v. 29, n. 2, p. 355-384, 2008.

MACEDO, F. C. de. Padrões de organização espacial no Brasil, estrutura econômica e inserção externa. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 13.,

2008, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa, 2008. 26 p. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, F. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

PRADO, S. R. R. do. Guerra fiscal e políticas de desenvolvimento estadual no Brasil. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, p. 1-40, 1999.

SANTOS, M. A guerra dos lugares. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 ago. 1999. Caderno Mais.

VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2001.

VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 12., 2007, Belém. **Anais...** Belém, 2007. 21 p. 1 CD-ROM.

VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS**: quem ganha e quem perde. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. (Texto para Discussão, n. 500).

Recebido para publicação em: 18.09.2008

